

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p>Portaria MJSP nº 961, de 24 de junho de 2025</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Estabelece diretrizes sobre uso de soluções de tecnologia da informação aplicadas às atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública.”</i></p> <p>Explicação: a norma define critérios que garantem o respeito a direitos fundamentais, como a proteção de dados pessoais, o devido processo legal e a proporcionalidade no uso de tecnologias sensíveis. As regras se aplicam a órgãos federais de segurança pública e orientam Estados e Municípios sempre que houver uso de recursos federais.</p> <p>A portaria também disciplina o uso de inteligência artificial, vedando, por exemplo, a identificação biométrica à distância em tempo real, salvo em situações específicas e com autorização judicial. Estabelece ainda obrigações técnicas e administrativas para os órgãos gestores, incluindo o controle de acesso, registro de logs e revisão de normas e contratos, com prazo de 90 dias para adequação.</p>
<p>Resolução CGF nº 175, de 27 de junho de 2025</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.”</i></p> <p>Explicação: a nova resolução estabelece que os recursos do fundo devem ser destinados exclusivamente a programas, projetos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de telecomunicações, incluindo iniciativas voltadas à inclusão digital e segurança da informação.</p> <p>A norma define quem pode ser beneficiado, como instituições de pesquisa e empresas do setor, e distingue entre recursos reembolsáveis, que serão operados por agentes financeiros sob condições específicas de financiamento, e recursos não reembolsáveis, voltados a projetos científicos e de inovação tecnológica conduzidos por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.</p> <p>Além disso, a resolução detalha o papel da Fundação CPQD e os planos plurianuais obrigatórios para a aplicação de recursos.</p>
Ato de Pessoal	Objetivo
<p>Portaria PR nº 173 de 27 de junho de 2025</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Gisele Pimenta de Oliveira</u> para o encargo de substituto eventual de coordenador-geral de Proteção de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SCS-PR), FCE 1.13.</p>

Portaria MEMP nº 125 de 27 de junho de 2025

[Visualizar medida](#)

Designa os integrantes para compor a **Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação** no âmbito do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (**MEMP**).

Portaria SE/MF nº 1.405 de 27 de junho de 2025

[Visualizar medida](#)

Designar: Raquel Nadal Cesar Gonçalves, Débora Freire Cardoso, Gilson Alceu Bittencourt e Cristina Froes de Borja Reis para exercerem, nessa ordem e sucessivamente, o encargo de **substituto eventual** do cargo de **secretário de Política Econômica** no âmbito do Ministério da Fazenda (**MF**), CCE 1.17.

Portaria SPE/MF nº 1.403 de 27 de junho de 2025

[Visualizar medida](#)

Designar: Tereza Cleise da Silva de Assis e Felipe Soares Luduvice para exercerem, nessa ordem e sucessivamente, o encargo de **substituto eventual** do cargo de **subsecretário de Política Fiscal** da Secretaria de Política Econômica no âmbito do Ministério da Fazenda (**MF**), CCE 1.15.

Portaria CGPED/SUSEP nº 273 de 27 de junho de 2025

[Visualizar medida](#)

Designar: Ricardo Fortes Pedrozo para exercer cargo de **coordenador substituto de Manutenção de Produtos de Tecnologia da Informação** da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação no âmbito da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda (**MF**), FCE 1.10.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.